

Reportagens em prisões: os trabalhos de Nana Queiroz e de Klester Cavalcanti sob uma perspectiva etnográfica¹

João Noé Alves de Carvalho²

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC)

RESUMO

O presente trabalho analisa as reportagens *Presos que menstruam*, de Nana Queiroz, e *Dias de Inferno na Síria*, de Klester Cavalcanti, ambas feitas em prisões, sob uma perspectiva etnográfica. Para isso, será necessário apresentar diferentes definições de etnografia. Em seguida, conceitos como acesso e tempo em campo servirão para o exame dos trabalhos de Queiroz e Cavalcanti. O intuito é oferecer possibilidades de contribuições da etnografia para a prática jornalística³.

PALAVRAS-CHAVE: etnografia. Jornalismo. jornalismo etnográfico. observação participante. trabalho de campo.

INTRODUÇÃO

Embora haja muitas semelhanças entre a etnografia e o jornalismo, pouco se discute como esses dois campos de conhecimento podem oferecer contribuições um ao outro. A lacuna torna-se ainda mais evidente quando se pensa em uma tão falada crise do jornalismo nos dias atuais, onde — pode-se dizer — há escassez de recursos, de profissionais e de credibilidade.

A partir desse cenário, este artigo propõe uma análise de duas reportagens em prisões a partir de uma perspectiva etnográfica. Os livros de Nana Queiroz, *Presos que menstruam* (2019 [2015]), sobre a rotina de mulheres encarceradas no Brasil, e de Klester Cavalcanti, *Dias de Inferno na Síria* (2012) sobre a experiência de quando o jornalista ficou preso por seis dias na Síria, servirão como objetos de pesquisa.

Para isso, será necessário, antes de tudo, oferecer diferentes definições do que é (ou seria) etnografia, a partir de questões como trabalho de campo e autoridade. Em

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade de Coimbra. E-mail: joaoncarvalho@gmail.com.

³ Este trabalho é financiado com recursos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), de Portugal, no âmbito do projeto “Aspectos metodológicos, éticos e históricos do uso da etnografia no jornalismo: uma comparação entre Estados Unidos, Brasil e Portugal” (SFRH/BD/145112/2019).

seguida, com a análise das reportagens de Queiroz e de Cavalcanti, espera-se chamar a atenção para como o estudo da etnografia pode contribuir para o desenvolvimento do jornalismo.

DEFINIÇÕES DE ETNOGRAFIA

Como este trabalho analisa os livros de Nana Queiroz e Klester Cavalcanti a partir de uma ótica etnográfica, é necessário, antes de tudo, compreender o que é etnografia. Não é o objetivo aqui chegar a uma definição sólida e definitiva para o termo, pois isso seria, no mínimo, ingenuidade, para não falar imodéstia. Há mais de um século, antropólogos abordam a questão com os mais diferentes resultados. Longe de ser um problema, a quantidade variada de respostas é uma chance de compreender algumas das diferentes formas como a etnografia pode suscitar debates sobre o trabalho jornalístico. Como observa a antropóloga Janice Caiafa, “afortunadamente, os aspectos criadores da etnografia parecem sempre exceder, transbordar em alguma medida as imposições da disciplina” (Caiafa, 2019: 39). O mesmo vale para o que poderíamos chamar de “aspectos criadores do jornalismo”. É com esse espírito — aberto a novas experiências — que as plurais definições de etnografias oferecidas aqui vão servir de guia para compreender alguns elementos das reportagens de Queiroz e de Cavalcanti. O objetivo é iluminar (e não descobrir, pois isso seria demasiada pretensão) caminhos para expandir o nosso entendimento sobre possibilidades do(s) jornalismo(s).

DAS BIBLIOTECAS PARA O CAMPO

Talvez seja impossível falar de etnografia sem mencionar o trabalho de Bronislaw Malinowski, que ganhou notoriedade a partir de sua pesquisa com os indígenas das Ilhas Trobriand, da Nova Guiné, na Oceânia, com quem conviveu entre 1914 e 1918. Sua revolução — que até pode parecer simples para os dias de hoje — foi deixar as bibliotecas das universidades para ir ver com os próprios olhos os povos que estudava. Antes de Malinowski, o comum era os antropólogos basearem suas análises de culturas remotas (do ponto de vista das metrópoles, importante ressaltar) em escritos questionários feitos por comerciantes e missionários que tinham contato direto com os povos das colônias. Daí, portanto, haver uma diferenciação entre etnógrafos, que iam a

campo, e etnólogos, aqueles que permaneciam nas universidades e faziam o trabalho de análise do material obtido em campo (HAMMERSLEY e ATKINSON, 2007 [1983]: 1).

Malinowski foi um dos primeiros antropólogos a deixar o ambiente fechado dos gabinetes para experimentar o ar puro, mas também o desconforto, do trabalho de campo *in loco*. Embora outros estudiosos também tenham ido a campo mesmo antes de Malinowski, foi ele quem defendeu pela primeira vez de forma enfática a pesquisa a céu aberto. Essas ideias são vistas, principalmente, na introdução do seu primeiro livro, *Argonautas do Pacífico Ocidental*. No hoje clássico capítulo de abertura da obra, Malinowski argumenta que “a pesquisa de campo em moldes científicos supera, e muito, quaisquer trabalhos de amadores”:

“Há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de *os imponderáveis da vida real*” (MALINOWSKI, 1984 [1922]: 29 – grifo no original).

A importância de ir a campo, afirma o antropólogo, é ter uma possibilidade maior de “aprender o ponto de vista dos nativos”, pois estudar os seres humanos sem tentar compreender seus sentimentos subjetivos é um desperdício (MALINOWSKI, 1984 [1922]: 33-34). Para o historiador de antropologia James Clifford, quando foi a campo elaborar seus próprios textos, Malinowski ofereceu uma nova perspectiva do trabalho etnográfico. No lugar do intelectual recluso no silêncio das bibliotecas metropolitanas, a imagem do antropólogo passa ser a do pesquisador “agachado junto à fogueira, ouvindo e questionando, gravando e interpretando” as falas das pessoas que participam de seu estudo (CLIFFORD, 1983: 122-123). Não por acaso, é comum que, nos dias de hoje, se utilize a palavra etnografia como sinônimo de antropologia (URIARTE, 2012: 3).

PARA ALÉM DE UM MÉTODO

Talvez por causa dessa ambiguidade é que haja certa controvérsia em relação à natureza metodológica da etnografia. E esse é um debate que pode se mostrar importante quando falamos de jornalismo. Mariza Peirano, por exemplo, chega a ressaltar: “sempre alerta para que desconfiem da afirmação de que um trabalho usou (ou usará) o ‘método etnográfico’, porque essa afirmação só é válida para os não iniciados”. Na opinião da autora, para além de um método, a etnografia também é teoria. Isso

porque a etnografia não é um mero instrumento do trabalho antropológico, mas, desde a sua indagação, já envolve um caráter teórico (PEIRANO, 2014).

Janice Caiafa, em um raciocínio semelhante, propõe denominar a etnografia como um “método-pensamento”. A antropóloga afirma que o trabalho etnográfico envolve uma produção coletiva, onde o pesquisador também participa da construção teórica. Na opinião de Caiafa, a etnografia é diferente de outros métodos qualitativos porque traz debates políticos, éticos e epistemológicos acerca da presença do pesquisador em campo e também sobre a produção do texto resultante dessa “viagem” caracterizada pelo estranhamento.

“Trata-se de um campo problemático que pode ser interessante explorar quando se considera a narrativa/escritura (o que é escrever? o que é escrever sobre a experiência do outro/a sua própria?) e as situações de comunicação na vida social e na produção de conhecimento (como acolher as palavras do outro e dar conta do que nos contaram em conversas/textos/relatos de pesquisa?)” (CAIAFA, 2013: 33).

Desse modo, sublinha Caiafa, “a etnografia gerou antes de tudo um tipo de pensamento, uma atitude, um olhar que pode ser explorado” para além das limitações de fronteiras disciplinares (CAIAFA, 2007: 141-142). Por causa disso, este trabalho não vai tratar a etnografia **somente** como um método ou uma ferramenta técnica à disposição de jornalistas. Esse tipo de enfoque iria obscurecer uma série de implicações do uso da etnografia em reportagens, principalmente no que diz respeito a aspectos éticos e estéticos do trabalho jornalístico. Além disso, o que este trabalho propõe não é pensar a etnografia como um meio para se chegar a determinado fim. Uma reportagem com algum tipo de convivência e proximidade entre jornalista e interlocutores necessita, desde antes da saída à rua, alguma reflexão sobre o tipo de postura durante o trabalho. Cabem ponderações sobre a atitude do jornalista em campo e também sobre a forma como o texto será escrito, por exemplo. Feitas essas considerações, a etnografia aqui vai ser tratada como uma **perspectiva e/ou abordagem teórica** a partir da qual será possível refletir acerca do trabalho jornalístico. Isso não significa ignorar que muito da etnografia é uma prática. Entretanto, o que nos interessa aqui é transcender um (suposto) aspecto meramente técnico da etnografia para aprofundar debates no jornalismo.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, CAMPO E AUTORIDADE

Após esse breve comentário, podemos afirmar que a observação participante (muitas vezes confundida com a própria etnografia) é um aspecto fundamental do trabalho etnográfico. De forma sucinta, é possível afirmar que, na observação participante, o etnógrafo participa por um longo período de uma interação com um determinado grupo, no qual se insere para investigar sua dinâmica social (EMERSON et al., 2007 [2001], p. 352).

Um dos aspectos da observação participante é, portanto, a convivência entre pesquisador e interlocutores. A ideia é estar em contato com a vida corriqueira de determinado grupo, muitas vezes “fazendo nada em particular com pessoas fazendo nada em particular” (ERIKSEN, 2017 [2004], p. 45). Desse modo, há a possibilidade de o pesquisador ter contato com seus interlocutores em um ambiente mais ou menos natural, ao contrário do que ocorre com as entrevistas, por exemplo.

A estranheza, o contato com uma cultura diferente, está nas origens da observação participante, principalmente se levarmos em conta que a tradição inaugurada com Malinowski se insere em um contexto no qual pesquisadores europeus viajavam ao encontro de indígenas em territórios coloniais com o objetivo de pesquisá-los. Entretanto, desde o início do século XX, com os sociólogos da Escola de Chicago nos Estados Unidos, já se praticava observação participante nas cidades, locais mais familiares (ou não tão estranhos) à cultura do pesquisador.

Um problema que surge aqui — principalmente com o desenvolvimento de transportes e comunicações em um mundo globalizado — é a noção de campo. Nos tempos atuais, principalmente em ambientes urbanos, a mobilidade das pessoas torna difícil encontrar grupos sociais que se localizem em somente um espaço geográfico. Não por acaso, James Clifford sublinha que o campo transformou-se em um espaço mapeado por meio de práticas corporais e discursos. Com isso, os parâmetros de uma convivência de longo prazo entre pesquisador e interlocutores se modificam (CLIFFORD, 1997, p. 53-54). O mesmo ocorre com a profundidade dessa relação, que pode ser mais superficial ou descentralizada. Em vez de se localizar em um único espaço, o pesquisador se movimenta, no que George E. Marcus chama de uma etnografia multi- situada, “seguindo” pessoas, metáforas ou histórias, por exemplo (MARCUS, 1995, p. 102- 109).

Como observa Ulf Hannerz, há nos dias contemporâneos quase uma impossibilidade de ingresso em uma sociedade isolada. São remotas as oportunidades de fazer trabalho de campo contínuo durante dois anos, por exemplo. Mas, enquanto isso poderia significar nunca ir a campo para alguns, Hannerz trata a etnografia como uma “arte do possível”, onde um pouco de etnografia é mais desejável do que nenhuma etnografia (HANNERZ, 2007 [2003]: 366).

Essas transformações desafiam a ideia de que a etnografia necessita de um longo tempo contínuo do pesquisador em campo. Se antes era possível ter contato com pessoas de determinado grupo social apenas pessoalmente, hoje um aplicativo de conversas em um telefone celular transforma diálogos. Um local para onde quase não havia transporte hoje é integrado por estradas e aeroportos. Difícil é falar nos dias atuais de um “nativo” imóvel, isolado em uma ilha como na época de Malinowski. Mais difícil ainda será no futuro.

Também já não é mais possível (ou desejável) tratar o etnógrafo como a única pessoa com legitimidade discursiva dentro da pesquisa. Principalmente a partir do fim dos anos 1960, em um contexto onde antigas colônias conquistam suas independências, jovens universitários fazem revoltas se espalharem pela França e a luta antirracista entra na esfera pública nos Estados Unidos, vozes até então obscurecidas ganham atenção. E esses movimentos causam impactos nas ciências sociais, em particular na etnografia.

Questiona-se, então, a autoridade de etnógrafos (normalmente homem brancos europeus) como única voz capaz de falar acerca de determinada cultura, normalmente marginalizada. Nesse sentido, ganha especial relevância o livro *Writing Culture*, baseado em um seminário realizado no ano de 1984, em Santa Fé, Novo México. É possível afirmar que algumas das maiores preocupações expressas na obra foram as relações de poder dentro da pesquisa etnográfica e os reflexos dessas relações no texto (CAIAFA, 2007). Em poucas palavras, pode-se afirmar que ganha proeminência a reflexão sobre o papel do etnógrafo na hora de descrever culturas. Uma das principais demandas é por maior reflexividade sobre as posições do pesquisador em campo e no texto, com a tentativa de evitar uma visão de mundo universalizada e inquestionável. Passam a fazer parte do discurso etnográfico tanto a subjetividade do pesquisador, passível de questionamento, como também as diferentes subjetividades contidas em um grupo que, a princípio, era tratado como homogêneo (CLIFFORD, 1983).

JORNALISMO ETNOGRÁFICO COMO ENQUADRAMENTO PARA ANÁLISE

Essa breve exposição de alguns dos debates na etnografia serve para abrir possibilidades de abordagens para falar sobre jornalismo. É possível apontar semelhanças entre as duas disciplinas, já que, de certo modo, ambas tratam de relatos acerca de culturas ou alteridades, a princípio, estranhas.

Entre os debates mais completos acerca das relações entre jornalismo e etnografia está a pesquisa de Anne K. Hermann sobre o que chama de “jornalismo etnográfico” (HERMANN, 2016a). Com base em exemplos estadunidenses, Hermann traça uma comparação entre os modelos tradicionais de jornalismo e de etnografia a partir de “tipos ideais”⁴. Assim, a autora classifica como jornalismo etnográfico uma categoria de jornalismo lento que leva a lentidão ao extremo e se movimenta entre uma linha contínua entre os “tipos ideais” do jornalismo e da etnografia (HERMANN 2016b). Entre os exemplos do gênero, Hermann enumera livros como *Rosa Lee*, de Leon Dash, que acompanhou a rotina de uma mulher negra dependente de drogas da periferia de Washington durante quatro anos; *Random Family*, de Adrian Nicole LeBlanc, que por uma década conviveu com uma família envolvida com tráfico de drogas em Nova Iorque; e *Newjack*, de Ted Conover, que trabalhou como carcereiro em uma prisão da mesma cidade durante um ano. Embora outros exemplos também possam ser enumerados, algumas das características do que Hermann chama de jornalismo etnográfico são a empatia entre repórter e interlocutores, a convivência de longo prazo entre ambas as partes durante a apuração da reportagem e o foco em grupos sociais normalmente negligenciados e/ou estereotipados na cobertura da mídia tradicional (HERMANN 2016a; HERMANN, 2016b).

Seria possível mencionar exemplos semelhantes no Brasil, com destaque para as reportagens das jornalistas Roberta Kritsch, que viveu como moradora de rua em São Paulo por cinco dias (KRITSCH, 1995); Letícia Duarte, que acompanhou por três anos a rotina de um menino que morava nas ruas Porto Alegre (DUARTE, 2012); e Fabiana Moraes. Esta última, em *O Nascimento de Joicy*, passou cinco meses ao lado de Joicy, para narrar como uma cirurgia de mudança de sexo em um hospital público transformou

⁴ O uso de “tipos ideais” é uma proposta metodológica feita por Max Weber que utiliza conceitos inexistentes na realidade como um guia para elaboração de hipóteses. Desse modo, o pesquisador cria um conceito ideal a partir de características previamente estabelecidas e, em seguida, verifica como exemplos reais se aproximam ou se distanciam dessas ideias (cf. Weber, 2001 [1904]).

a vida da agricultura pernambucana antes chamada de João (MORAES, 2015). Todas foram vencedoras no extinto Prêmio Esso e tratam, de alguma forma, de figuras subalternizadas.

O trabalho de Fabiana Moraes, entretanto, merece especial atenção, principalmente no livro sobre Joicy. Além do premiado texto publicado no *Jornal do Commercio*, a obra traz uma excelente debate sobre o relacionamento entre Moraes e Joicy, em um raro exemplo de transparência e reflexividade no jornalismo.

Fabiana Moraes, inclusive, propõe o termo “jornalismo de subjetividade” para falar sobre um tipo de jornalismo que — pode-se argumentar — guarda muitas semelhanças com o chamado jornalismo etnográfico. Entretanto, ao que parece, o foco de Moraes está na proposição de um jornalismo que se oponha a uma perspectiva herdeira do positivismo, característica da suposta objetividade. Nesse sentido, o jornalismo de subjetividade questiona a forma como determinados grupos sociais são marginalizados pela cobertura midiática dita objetiva (MORAES, 2015).

Embora a proposta do jornalismo etnográfico destaque a presença de subjetividades e seja uma forma de combater estereótipos perpetuados pela grande mídia, a sua abordagem é diferente. Falar em jornalismo etnográfico é tratar das contribuições que a teoria etnográfica pode trazer para o jornalismo, tanto em aspectos éticos, técnicos ou estéticos. É importante, assim, deixar claro que não desejo, aqui, defender o jornalismo etnográfico como uma nomenclatura mais adequada do que jornalismo de subjetividade ou qualquer outra, como jornalismo de empatia, por exemplo. O meu intuito é somente utilizar a etnografia como um ponto de partida para a análise de reportagens que poderiam ser classificadas de diversas formas. O termo jornalismo etnográfico serve aqui apenas para ressaltar o enquadramento (*framework*) da análise. Outros enquadramentos seriam possíveis, como empatia ou subjetividade, por exemplo, cada um com suas vantagens e limitações.

NANA QUEIROZ E KLESTER CAVALCANTI: DIFERENTES EXPERIÊNCIAS EM PRISÕES

Também vale a pena ressaltar que não é a intenção deste breve trabalho simplesmente comparar as reportagens escritas por Nana Queiroz e Klester Cavalcanti. É impossível, entretanto, deixar de apontar diferenças e semelhanças entre ambas. Esses

pontos de aproximação e distanciamento, porém, só ampliam as possibilidades do jornalismo a partir de uma abordagem etnográfica.

Embora ambos os trabalhos se situem no ambiente prisional, há muitas diferenças entre as duas reportagens. Em *Presos que Menstruam*, Nana Queiroz acompanhou por quatro anos a rotina de presidiárias do sistema carcerário brasileiro. Para isso, chegou a se passar por parente de presa, bem como acampou na porta de presídios. Já em *Dias de Inferno na Síria*, Klester Cavalcanti virou presidiário em uma cadeia da cidade de Homs, no país árabe. A transformação, entretanto, não foi intencional. Integrantes das forças de segurança do governo sírio o mantiveram por seis dias na cadeia sem qualquer explicação sobre o motivo.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado em ambas as reportagens é relativo ao acesso. Na etnografia, há diferentes níveis de acesso que um pesquisador pode ter a interlocutores. Edward Schatz contradiz a ideia de uma divisão binária entre acessar e não acessar determinado fenômeno. Embora seja desejável o maior nível de proximidade possível entre pesquisador e interlocutores, as limitações de acesso não são suficientes para inviabilizar uma pesquisa (SCHATZ, 2009: 307). Trata-se, então, de praticar o que Hannerz chama de “arte do possível” (2007).

Problemas de acesso também são comuns na rotina de jornalistas. Qualquer repórter que já trabalhou em uma redação de jornal algum dia enfrentou problemas para obter informações. Os obstáculos são inúmeros, onde, em muitas ocasiões, torna-se difícil até mesmo ter acesso a dados públicos, devido à falta de transparência de diferentes instâncias de todos os três poderes. Em prisões, o acesso de jornalistas parece ser ainda mais dificultado.

Diante de tais empecilhos, a solução é encontrar alternativas. Em uma pesquisa sobre presos em Myanmar, país do sudeste asiático com histórico de autoritarismo, a antropóloga Liv S. Gaborit só conseguiu entrar em um estabelecimento prisional durante três dias em um trabalho de campo de 15 meses. A saída foi participar de reuniões de organizações não-governamentais e entrevistar egressos do sistema carcerário e seus parentes (GABORIT, 2019).

A estratégia não foi muito diferente da adotada por Nana Queiroz, que, durante a elaboração da sua reportagem, percebeu esforços das autoridades públicas para dificultar seu acesso a prisões. Desse modo, quando foi visitar uma das presas, chegou a ser vítima do desprezo que carcereiros reservam às familiares de detentas: “Não sou

mais jornalista, sou amiga de presa. Perdi uns 10 quilos de dignidade na mudança” (QUEIROZ, 2019 [2015], p. 87-88).

Quando conseguiu autorização para entrar nos estabelecimentos, a jornalista não pôde levar câmeras ou gravadores. Por causa disso, anotou falas em pedaços de papéis e mesmo nas mãos. Outra opção foi “desenvolver uma memória robusta” para não se esquecer de determinadas frases ditas por suas interlocutoras (QUEIROZ, 2019 [2015], p. 17). Já no momento em que ingressa em um presídio, Queiroz nota as intenções de uma carcereira quando avisa às presas sobre a presença de uma jornalista:

“O anúncio tinha duas funções. A primeira delas, mais óbvia, era avisar que objetos e comportamentos proibidos deviam sair de vista. A segunda era chamar aquelas mulheres entediadas para uma novidade e, por que não, um tanto de esperança?” (QUEIROZ, 2019 [2015], p. 185).

Aceitar as condições das autoridades, entretanto, não impede que a jornalista rompa a censura. Em um momento, ela foge da vigilância de uma carcereira para conversar com uma mulher que perdeu o filho no presídio e ainda era obrigada a carregar o feto morto na barriga por falta de atendimento. Ela estava em uma cela tomada por cheiro de urina. Em outro momento, Queiroz testemunha situações precárias às quais são submetidas as presas, apesar do esforço de um carcereiro para ocultar a realidade:

“O recinto que mais me impressionou, no entanto, foi a cela destinada ao confinamento. Durante minha visita, um dos carcereiros tentou me enganar, mostrando uma cela afastada e dizendo que ela era destinada ao castigo. Uma presa, revoltada, gritou para mim:

- Mentira, mentira! Leva ela naquele buraco em que vocês nos largam para enlouquecer!

Fiquei enfurecida com a atitude do homem e pedi que outra carcereira me levasse até o local correto. Constrangida, ela me guiou até um pequeno pavilhão ao fundo do semiaberto, com quatro celas de tamanho minúsculo, munidas apenas de uma torneira de água fria e um buraco no chão. Ali, me disse a presa corajosa, elas eram deixadas, às vezes, por dez dias, comidas por mosquitos que entravam pelas grades e perturbadas pela solidão, o tédio e o silêncio” (QUEIROZ, 2019 [2015]: 186-190).

Queiroz também não se restringiu aos relatos de quem entrevistou. A jornalista descreve sua reportagem como uma “colcha de retalhos” composta por trechos das vidas das protagonistas como um “tecido” costurado com a “linha e a agulha” das entrevistas,

e com as visitas às unidades prisionais, além de consultas a processos judiciais, estudos e livros (QUEIROZ, 2019 [2015]: 18).

A metáfora se assemelha a uma feita por Ricardo Campos, em um estudo sobre grafiteiros de Lisboa, em Portugal. O antropólogo descreve seu trabalho como uma costura de “retalhos” das vidas de autores das inscrições em paredes lusitanas. Ao caracterizar a natureza multi-situada da sua etnografia, Campos afirma que “a visão de nativos organicamente ancorados a uma comunidade, agindo funcionalmente de acordo com padrões aparentemente imutáveis, está completamente desadequada às pessoas com quem lidamos na actualidade”. Desse modo, houve momentos de maior e menor proximidade com interlocutores (CAMPOS, 2010: 31-38). Não seria impróprio afirmar que Nana Queiroz também desfrutou de momentos de maior e menor proximidade com suas interlocutoras, no caso, devido a restrições de acesso impostas por autoridades.

Já os limites de acesso estabelecidos pelo governo sírio, no caso da reportagem de Klester Cavalcanti, acabaram, de uma forma irônica, permitindo ao jornalista ver uma prisão do país de seu interior. Cavalcanti havia emitido visto para trabalhar na guerra civil na Síria, mas, ao tentar despistar a censura do governo local, acabou por ser preso, impedido de cobrir o conflito conforme planejava. Assim como Queiroz, Cavalcanti não estava com equipamentos de gravação quando entrou no presídio. Por outro lado, conseguiu ficar com o seu bloco de notas nos seis dias em que passou atrás das grades de um ala de segurança mínima da penitenciária de Homs:

“Adoraria registrar os rostos, as vozes e os movimentos de cada um dos meus companheiros de prisão. Queria muito fotografar a cela, e guardar para sempre a imagem que meus olhos viam naquele instante. Lamentavelmente, isso não seria possível. Mas eu podia desenhar a planta da cela no meu bloco de anotações. Foi o que fiz” (CAVALCANTI, 2012: 145).

A técnica utilizada por Cavalcanti faz lembrar o recurso empregado pelos jornalistas Hedi Aouidj e Mathieu Palain, da revista francesa *XXI*, em uma reportagem revelando como foram os últimos dias de vida de Aloïs Brunner — um oficial nazista com participação direta no holocausto de judeus —, na Síria. Os jornalistas pediram para que um dos agentes secretos dos regimes de Hafez e Bashar el-Assad, com quem Brunner colaborou, desenhasse um mapa do local onde estava o antigo subordinado de Hitler (AOUIDJ e PALAIN, 2017). Em ambos os casos, o uso de recursos gráficos serviu para compensar o limite de acesso.

Outra característica que serve para traçar paralelos entre as reportagens de Queiroz e de Cavalcanti com a etnografia diz respeito ao tempo em campo. Norman Sims aponta a imersão como uma das características do jornalismo literário. Em poucas palavras, Sims define imersão como tempo despendido pelo jornalista junto a interlocutores (1984). Seria possível até dizer que, no jornalismo, imersão é um elemento semelhante à observação participante na etnografia. Sims, entretanto, vincula a imersão somente ao tempo desse contato entre jornalista e interlocutores, deixando de lado como se estabelece essa relação. No caso da reportagem de Cavalcanti, alguém poderia argumentar que o trabalho não possui nada de etnográfico, pois apenas seis dias são insuficientes para compreender uma determinada realidade, ainda mais se levarmos em consideração que Nana Queiroz levou quatro anos em sua apuração.

Não há dúvidas de que menos de uma semana, a princípio, seria tempo insuficiente para compreender uma determinada realidade. Mas seria mesmo o tempo a única variável mais ou menos objetiva para se aferir a duração ideal de uma observação participante ou uma imersão? O trabalho de Cavalcanti desafia as noções de uma convivência de longa duração como pressuposto para que um pesquisador adquira o “ponto de vista do nativo”. Se, por um lado, Cavalcanti não dispôs de muito tempo para sua pesquisa de campo, por outro, o jornalista a vivenciou com alguma intensidade. Isso porque, durante a elaboração de sua reportagem, não pôde tomar banho, se alimentou de forma precária, não teve autorização para dar telefonemas e, inclusive, sofreu violência, quando, antes de enviá-lo para a prisão, um guarda sírio queimou um cigarro em seu rosto. Não é por acaso que Cavalcanti relata a sensação de estar no presídio por mais tempo do que realmente estava:

“Voltei a escrever no bloco, lembrando o momento da minha prisão pelos militares, no centro de Homs. Estranhamente, sentia como se já fizesse vários dias que eu sofrera tudo aquilo. Mas, na verdade, não haviam se passado nem 16 horas. A agonia, a dor e o desespero extremos tinham feito com que eu perdesse a noção de tempo. Talvez, o fato de ter ficado a maior parte desse período trancafiado, sem ver a luz do Sol, tenha contribuído para essa sensação” (CAVALCANTI, 2012, p. 153).

Perto de deixar a prisão, o jornalista relata que já estava ficando habituado a ouvir sons de tiros (CAVALCANTI, 2012, p. 226). O desejo de Cavalcanti de ganhar a liberdade, entretanto, o faz se sentir incomodado com o fato de sua vida na prisão se transformar em uma rotina, algo evidenciado em uma manhã, depois de ter dormido por

sete horas. “Meu corpo e minha mente começavam a se habituar com a vida na prisão. Eu não queria isso” (CAVALCANTI, 2012, p. 193).

Aqui, é possível argumentar que a intensidade da imersão de Cavalcanti ou a proximidade extrema com seus interlocutores possa ter compensado a falta de tempo em campo. Por outro lado, também é pertinente ressaltar que, fora da prisão, o jornalista recorreu a entrevista com autoridades e ativistas sobre o conflito na Síria.

Não é possível estabelecer uma fórmula para designar como uma imersão (ou observação participante) encontra parâmetros ideais a partir de variáveis como período em campo e proximidade com interlocutores. Nem mesmo é possível afirmar com certeza que as experiências de Cavalcanti foram mais intensas do que as de Queiroz. O ponto mais importante aqui é ressaltar a insuficiência de se considerar o tempo como única variável pertinente para o trabalho de campo.

Por outro lado, nem mesmo a experiência em primeira mão do jornalista é garantia de qualidade de um relato. Mesmo quando vivencia de forma direta a rotina do outro, um jornalista corre o risco de estereotipar interlocutores.

Esse não é o caso dos trabalhos aqui mencionados. Tanto Queiroz como Cavalcanti se esforçam para não tratar as personalidades de seus interlocutores de forma simplificadora, como meros heróis e heroínas, vilões e vilãs. A intenção, inclusive, é explicitada por Queiroz no livro:

“Eu tinha que me vigiar para não criar um livro sobre vítimas – as próprias presas não gostariam disso. Ao mesmo tempo, não cair no engano de pintar pessoas como personagens de filmes em que mocinhos e bandidos nascem prontos e cheios de bem ou de mal” (QUEIROZ, 2019 [2015], p. 221-222).

Um exemplo da transformação das interlocutoras no trabalho de Queiroz é uma descoberta que a jornalista faz a partir da leitura de processos judiciais. Os documentos revelam que uma das detentas com quem Queiroz conversava, Gardênia, havia golpeado o próprio filho com um pedaço de madeira até a morte. “Obviamente existem pessoas capazes de fazer algo do tipo, mas Gardênia?”, questiona-se a jornalista (QUEIROZ, 2019 [2015], p. 222-225).

O esforço para evitar estereótipos maniqueístas também está presente no trabalho de Cavalcanti. O jornalista fala sobre o carinho de um agente da Shabiha, uma milícia pró-Assad, com a família, humanizando uma pessoa que, a princípio, poderia ser

vista no texto como um arquétipo de vilão (CAVALCANTI, 2012, p. 245-247). Em outro trecho, Cavalcanti escreve sobre a angústia de sírios obrigados a integrar as forças do governo na luta contra rebeldes. Alguns deles, afirma um interlocutor ao jornalista, entram em depressão ao descobrirem que, nos conflitos, mataram amigos integrantes das forças opositoras (Cavalcanti, 2012, p. 98-99).

Desse modo, tanto o trabalho de Queiroz como o de Cavalcanti possuem características de um diálogo entre jornalista e interlocutores. As personagens do texto não são estáticas, meras construções da autoridade discursiva do jornalista. Suas personalidades se transformam, são fluidas e, muitas vezes, de difícil compreensão pelo jornalista, que deixa de ser um intérprete unívoco de uma realidade romantizada para se transformar em parte de um diálogo mais complexo e cheio de contradições, algo não muito diferente das propostas do já mencionado *Writing Culture*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou analisar a partir da etnografia duas reportagens que tratam de ambientes carcerários. Em um primeiro momento, foram enumeradas possíveis definições de etnografia que superam a sua descrição como um simples método. Nesse contexto, torna-se pertinente a ideia da etnografia como um “método- pensamento” (CAIAFA, 2007; CAIAFA, 2013; CAIAFA, 2019). Minha intenção foi abrir as possibilidades para as análises de implicações do uso da etnografia por jornalistas. Embora a presente análise tenha focado em paralelos dos trabalhos de Nana Queiroz e Klester Cavalcanti com aspectos como acesso no campo e autoridade discursiva, muitos outros caminhos poderiam ser tomados.

Um dos mais pertinentes talvez seja pensar como as discussões existentes na etnografia podem contribuir para um jornalismo mais responsável e transparente, principalmente ao tratar das realidades de grupos sociais marginalizados. Nesse sentido, são de extrema relevância os trabalhos pioneiros de Fabiana Moraes, no Brasil, e de Anne K. Hermann, no exterior. A proposta de usar a etnografia como uma ferramenta para análise de práticas jornalísticas pode ajudar ainda mais a desenvolver diferentes jornalisismos para além daqueles que tendem a simplificar e estereotipar realidades complexas.

REFERÊNCIAS

- AOUIDJ, Hedi e PALAIN, Mathieu. **Le Nazi de Damas – Enquête Sur Aloïs Brunner**. In: XXI, número 37, inverno de 2017, pp. 136-151. Paris: Rollin Publications.
- CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades: ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CAIAFA, Janice. **Trilhos da Cidade – Viajar no metrô do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2013.
- CAIAFA, Janice. **Sobre a etnografia e sua relevância para o campo da comunicação**. In: **Questões Transversais – Revista de Epistemologia da Comunicação**, Vol. 7, nº 14, julho-dezembro/2019, pp 37-46.
- CAMPOS, Ricardo. **Porque Pintamos a Cidade?** Lisboa: Fim de Século, 2010.
- CLIFFORD, James. **On Ethnographic Authority**. In: **Representations**, No. 2 (Primavera de 1983), pp. 118-146.
- CLIFFORD, James. **Travel and Translation in the Late Twentieth Century**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- DUARTE, Letícia. **Filho da Rua**. In: **Zero Hora** (17/06/2012), 2012.
- EMERSON, Robert M. et al. **Participant Observation and Fieldnotes**. Em: Atkinson, P. et. al. (eds.). **Handbook of Ethnography**. Londres: Sage, 2007 [2001].
- GABORIT, Liv S. **Olhando através dos Portões da Prisão: o acesso no campo da etnografia**. In: **Cadernos Pagu**, (55), e195505, Epub, Dezembro, 02 – 2019.
- HAMMERSLEY, Martyn e ATKINSON, Paul. **Ethnography – Principles in Practice**. Londres: Routledge, 2007 [1983].
- HANNERZ, Ulf. **Being There... and There... and There! Reflections on Multi-Site Ethnography**. In: Robben, A. C.G.M. e Sluka, J.A. (eds.). **Ethnographic Fieldwork – An Anthropological Reader**. Malden: Blackwell Publishing, 2007 [2003].
- HERMANN, Anne K. **Ethnographic Journalism**. In: **Journalism**, 2016a, Vol. 17 (2), pp. 260-278.
- HERMANN, Anne K. **The Temporal Tipping Point – Regimentation, representation and reorientation in ethnographic journalism**. In: **Journalism Practice**, 10:4, 2016b, pp. 492- 506.
- KRITSCH, Rebeca. **Viver nas Ruas**. Em: **O Estado de São Paulo** (03/09/1995). Caderno Cidades: C1-C12, 1995.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1922].
- MORAES, Fabiana. **O Nascimento de Joicy – Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem** (E-book). Arquipélago Editorial: Porto Alegre, 2015.
- PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Em: **Horizontes Antropológicos**, vol. 20, número

42, Porto Alegre, jul-dez 2014

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019 [2015].

SCHATZ, Edward. **What Kind(s) of Ethnography Does Political Science Need? Em: Schatz, Edward (ed.). Political Ethnography – What Immersion Contributes to the Study of Power**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

SIMS, Norman. **The Literary Journalists**. Nova Iorque: Ballantine Books, 1984.

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos?** Em: *Ponto Urbe*, 11|2012.

WEBER, Max. A “**Objetividade**” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais – Parte 1**. São Paulo: Cortez Editora, 2001 [1904].

